

GABINETE DO PREFEITO



= LEI MUNICIPAL Nº 1.963, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025 =

“Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento, e dá outras providências”

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI, Estado do Rio de Janeiro, APROVOU e eu, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, SANCIONO a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 121.346,92 (Cento e vinte e um mil, trezentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos), com criação de natureza de despesa, natureza de receita e fonte de recurso, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, com fulcro no art. 41, inciso I art.42 c/c art. 43 parágrafo 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, na forma dos ANEXOS II e III.

**Art. 2º** - O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior advirá do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, de acordo com a determinação no art. 43 do parágrafo 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, a partir de emenda parlamentar estadual individual obrigatória nº 2.265, conforme processo administrativo nº 8208/2025, na forma do ANEXO I que integra esta Lei.

**Art. 3º** - Ficam alterados o Plano Plurianual, e a Lei Orçamentária vigentes, a fim de se incluir nova fonte de recurso e natureza de despesa descritos aos ANEXOS II e III.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada por Decreto Executivo.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2025.

ANDRE LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito

ANEXO I

| PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI  |                |
|--|----------------|
| BALANCETE DE VERIFICAÇÃO   |                |
| EXERCÍCIO 2025   |                |
| FONTE DE RECURSO: 1.710.1193 – Transferência Especial Dos Estados - Emenda n 2.265 |                |
| RECEITA ESTIMADA LOA - 2025 (A)  | R\$ 0,00       |
| RECEITA ATÉ 30/11/2025 (B)   | R\$ 121.346,92 |
| CRÉDITOS ADICIONAIS POR EXCESSO ABERTOS NA FONTE (C)                               | R\$ 0,00       |
| TOTAL DE EXCESSO ARRECADAÇÃO (D)   | R\$ 121.346,92 |
| TOTAL DE CRÉDITO DISPONÍVEL PARA ABERTURA (D - C)                                  | R\$ 121.346,92 |
| CRÉDITO UTILIZADO NESTE DECRETO  | R\$ 121.346,92 |

ANEXO II

| QUADRO DE DETALHAMENTO DA RECEITA 2025 |  |            |            |
|--|--|------------|------------|
| CÓD. DA RECEITA                        | DESCRIÇÃO  | RECURSO    | VALOR      |
| 1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00             | Receita Patrimonial  |            |            |
| 1.3.2.0.00.0.0.00.00.00.00             | Valores Mobiliários  |            |            |
| 1.3.2.1.00.0.0.00.00.00.00             | Juros E Correções Monetárias   |            |            |
| 1.3.2.1.01.0.0.00.00.00.00             | Remuneração De Depósitos Bancários                                     |            |            |
| 1.3.2.1.01.1.0.00.00.00.00             | Remuneração De Depósitos Bancários                                     |            |            |
| 1.3.2.1.01.1.1.00.00.00.00             | Remuneração De Depósitos Bancários - Vinculados                        |            |            |
| 1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00             | Remuneração De Depósitos De Recursos Vinculados - Prefeitura           |            |            |
| 1.3.2.1.01.1.1.01.34.00.00             | Remuner. Depósitos Bancários - Transf. Esp. Do Estado - Emenda N 2.265 | 1.710.1193 | 1.346,92   |
| 1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00             | Transferências Correntes   |            |            |
| 1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00             | Transferências Dos Estados E Do Distrito Federal E De Suas Entidades   |            |            |
| 1.7.2.9.00.0.0.00.00.00.00             | Outras Transferências Dos Estados E Distrito Federal                   |            |            |
| 1.7.2.9.54.0.0.00.00.00.00             | Transferência Especial dos Estados e do DF                             |            |            |
| 1.7.2.9.54.1.0.00.00.00.00             | Transferência Especial dos Estados e do DF - PMP                       |            |            |
| 1.7.2.9.54.1.0.01.00.00.00             | Transferência Especial dos Estados                                     |            |            |
| 1.7.2.9.54.1.0.01.01.00.00             | Transferência Especial Dos Estados - Emenda N 2.265                    | 1.710.1193 | 120.000,00 |

ANEXO III

| COD. REDUZIDO | PROGRAMA DE TRABALHO   | NAT. DESPESA | FONTE      | ANULA | SUPLEMENTA |
|---------------|------------------------|--------------|------------|-------|------------|
| ---           | 08.01.04.127.0109.2374 | 4.4.90.52    | 1.710.1193 | -0-   | 121.346,92 |
| TOTAL         |                        |              |            |       | 121.346,92 |

Fonte: 1.710.1193 – Transferência Especial Dos Estados - Emenda n 2.265

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2025.

ANDRE LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito



= LEI MUNICIPAL Nº 1.964, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025 =

“Institui o Conselho Municipal de Política Cultural de Paracambi, em conformidade com o art. 216-A da Constituição Federal, a Lei Federal nº 14.835/2024, a Lei Estadual nº 7.035/2015 e o art. 152, §5º, da Lei Orgânica Municipal, e dá outras providências”

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Conselho Municipal de Política Cultural de Paracambi (CMPC), órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, com a finalidade de propor, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, em conformidade com o art. 216-A da Constituição Federal, a Lei Federal nº 14.835/2024, a Lei Estadual nº 7.035/2015 e o art. 152, §5º, da Lei Orgânica do

Município de Paracambi.

**Art. 2º** São objetivos do Conselho Municipal de Política Cultural:

- I – garantir a participação democrática da sociedade civil na formulação, execução e acompanhamento das políticas culturais do Município, conforme o art. 216-A, §1º, inciso II, da Constituição Federal, o art. 16 da Lei Federal nº 14.835/2024 e o art. 152 da Lei Orgânica Municipal;
- II – promover a valorização, preservação e difusão das manifestações culturais locais, assegurando o respeito à diversidade e ao patrimônio cultural do Município;
- III – propor diretrizes e prioridades para os planos, programas e projetos de cultura, de acordo com o Plano Estadual de Cultura (Lei Estadual nº 7.035/2015) e o Plano Nacional de Cultura (Lei Federal nº 14.835/2024);
- IV – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados à cultura, assegurando transparência e controle social;
- V – colaborar na organização das Conferências Municipais de Cultura, observando as normas do Sistema Nacional de Cultura (SNC);
- VI – articular-se com os Conselhos Estadual e Nacional de Política Cultural, promovendo a integração e cooperação federativa em matéria cultural.

**Art. 3º** - O Conselho Municipal de Política Cultural será composto por representantes da sociedade civil e do poder público, observando-se a proporção de 60% (sessenta por cento) de representantes da sociedade civil e 40% (quarenta por cento) de representantes do poder público, em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso III, da Lei Federal nº 14.835/2024 e com as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura, conforme deliberado nos fóruns setoriais e regulamentação específica.

§1º – Os representantes do Poder Público serão indicados pelas Secretarias Municipais afins à área da Cultura.

§2º – Os representantes da sociedade civil organizada serão eleitos por meio de processo democrático, precedido de edital público de convocação amplamente divulgado.

§3º – O número de membros titulares e suplentes, bem como os critérios de escolha, serão definidos em regulamento próprio, garantindo transparência e paridade de oportunidades.

§4º – A regulamentação específica a que se refere o caput será editada por Decreto do Poder Executivo Municipal, ouvido o Conselho Municipal de Política Cultural, e deverá dispor, no mínimo, sobre:

- I – o número de assentos destinados a cada segmento da sociedade civil e do poder público;
- II – o processo eleitoral e de indicação dos conselheiros;
- III – o mandato e o processo de substituição de membros;
- IV – os procedimentos para convocação e realização das reuniões;
- V – as regras para publicação das atas, resoluções e demais atos do Conselho.

**Art. 4º** O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, observando-se os princípios de alternância, transparência e participação social, nos termos do art. 6º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 7.035/2015.

**Art. 5º** A função de Conselheiro é considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada, vedada qualquer forma de vantagem pecuniária, salvo o ressarcimento de despesas devidamente comprovadas em atividades vinculadas ao Conselho.

**Art. 6º** Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural:

- I – deliberar sobre planos, programas e prioridades da política cultural do Município;
- II – acompanhar e avaliar a execução das políticas culturais e propor ajustes quando necessários;
- III – emitir pareceres, recomendações e resoluções no âmbito de suas competências;
- IV – zelar pela transparência, democratização e controle social das ações culturais;
- V – exercer outras atribuições previstas em regulamento próprio.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho não afastam nem substituem as competências exclusivas do Chefe do Poder Executivo Municipal, especialmente quanto à gestão orçamentária, financeira e administrativa, em conformidade com o art. 84 da Constituição Federal e o art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 7º** O Conselho elaborará seu Regimento Interno, aprovado pela maioria de seus membros, disciplinando sua organização, funcionamento e competências complementares, de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 14.835/2024.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Cultura, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2025.

**ANDRE LUIZ RAMALHO CECILIANO**  
PrefeitoEstado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Gabinete do Prefeito**= LEI MUNICIPAL Nº 1.965, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025 =**

“Cria o Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural – CMADR, no âmbito do Município de Paracambi, e dá outras providências”

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural – CMADR, órgão consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, com a finalidade de propor, acompanhar e avaliar políticas públicas e ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional no Município de Paracambi.

**Art. 2º** Compete ao Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural – CMADR:

- I – propor diretrizes e prioridades para a execução das políticas públicas municipais voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e à agricultura familiar;
- II – participar da formulação do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) no que se refere às ações rurais e agrícolas do Município;
- III – promover o diálogo permanente entre o Poder Público e a sociedade civil, fomentando a participação popular na gestão das políticas rurais;
- IV – acompanhar e propor a execução dos programas municipais e intergovernamentais voltados ao meio rural;
- V – apoiar a implementação de políticas de incentivo à agroecologia, à produção orgânica, ao cooperativismo, ao associativismo e à comercialização dos produtos da agricultura familiar;
- VI – propor e acompanhar programas de capacitação técnica e de extensão rural para agricultores familiares e trabalhadores do campo;
- VII – emitir pareceres e recomendações sobre matérias de interesse do desenvolvimento rural, quando solicitado pela Administração Municipal;
- VIII – articular-se com os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Turismo, Emprego e Renda e Segurança Alimentar para integração das políticas públicas;
- IX – colaborar com a formulação e o monitoramento de planos e programas federais e estaduais relacionados à agricultura familiar, conforme a Lei Federal nº 11.326/2006 e demais normas aplicáveis;
- X – exercer outras atribuições correlatas ao seu campo de atuação, respeitados os princípios da legalidade, eficiência, participação e transparência.

**Art. 3º** O Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural – CMADR será composto por 8 (oito) membros titulares e 8 (oito) suplentes, nomeados por ato do Prefeito Municipal, assim distribuídos:

I – Representantes do Poder Público Municipal (4 titulares e 4 suplentes):

- a) Secretaria Municipal de Agricultura;
- b) Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima;
- c) Secretaria Municipal de Emprego e Renda;
- d) Secretaria Municipal de Turismo.

II – Representantes da Sociedade Civil (4 titulares e 4 suplentes):

- a) Outras entidades voltadas para a agricultura no Município de Paracambi-RJ devidamente reconhecidas;
- b) Associações de Moradores da Zona Rural;
- c) Cooperativas de Agricultura Familiar com atuação no Município;
- d) Agricultor ou agricultora familiar com Cadastro da Agricultura Familiar – CAF ativo.

§ 1º – A Presidência, a Vice-Presidência e a Secretaria-Executiva do CMADR serão exercidas por representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pela Secretaria Municipal de Agricultura.

§ 2º – Os representantes da sociedade civil serão indicados pelas respectivas entidades ou, na ausência de indicação, selecionados mediante edital público dirigido a agricultores familiares com CAF ativo.

**Art. 4º** O mandato dos membros do CMADR será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

**Art. 5º** A participação no CMADR será considerada função de relevante interesse público, não remunerada, vedada qualquer forma de gratificação, jeton ou vantagem pecuniária.



**Art. 6º** O CMADR reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Presidência ou por, no mínimo, um terço de seus membros.

§ 1º – As reuniões serão públicas e divulgadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mediante pauta previamente definida.

§ 2º – O quórum de instalação será de maioria absoluta dos membros, e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes.

§ 3º – As atas das reuniões serão lavradas e assinadas pelos presentes, sendo disponibilizadas em meio eletrônico e arquivadas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

**Art. 7º** O CMADR elaborará e aprovará, em plenária, seu Regimento Interno, observada a paridade entre Poder Público e Sociedade Civil e os princípios da publicidade, legalidade e eficiência.

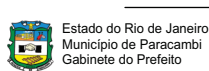
**Art. 8º** A Secretaria Municipal de Agricultura prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CMADR, sem aumento de despesa para o Município.

**Art. 9º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2025.

**ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO**  
Prefeito



**= LEI COMPLEMENTAR Nº 1.966, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025 =**

“Remaneja cargos em comissão no âmbito da Administração Pública Municipal, dispõe sobre atribuições, altera dispositivos das Leis nº 1.376/2019, nº 1.452/2025, nº 1.783/2025, nº 1.382/2019 e nº 1.787/2025, e dá outras providências.”

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI**, Estado do Rio de Janeiro, aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** – Ficam remanejados da estrutura da Secretaria Municipal de Planejamento, criados pela Lei Complementar nº 1.894/2025, 06 (seis) cargos em comissão de Assessor – símbolo CC-1, para as seguintes unidades:

- I – 01 (um) cargo para o Gabinete do Prefeito;
- II – 02 (dois) cargos para a Secretaria Municipal de Finanças;
- III – 01 (um) cargo para a Secretaria Municipal de Diversidade Religiosa, Inclusão e Combate ao Preconceito;
- IV – 02 (dois) cargos para a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;

**Art. 2º** – Fica remanejado da estrutura da Secretaria Municipal de Finanças o cargo de Superintendente de Tecnologias da Informação – símbolo CC-1, para compor a estrutura da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, instituída pela Lei Ordinária nº 1.787/2025.

**Art. 3º** – Compete ao Superintendente de Tecnologias da Informação – símbolo CC-1:

- I – Coordenar a estratégia, planejamento e implantação de soluções tecnológicas, infraestrutura de rede, virtualização e segurança;
- II – Conduzir análises de viabilidade e adoção de inovações;
- III – Gerenciar análises técnicas e processos de contratação de hardware e software;
- IV – Estabelecer, monitorar e fiscalizar SLAs;
- V – Desenvolver e implementar políticas de Segurança da Informação;
- VI – Supervisionar o uso adequado de sistemas computacionais e desempenho de aplicativos;
- VII – Planejar e testar o Plano de Recuperação de Desastres (DR) e rotinas de backup;
- VIII – Manter registro atualizado das atividades técnicas;
- IX – Gerenciar manutenção e atualização do parque tecnológico municipal;
- X – Zelar pela integridade, segurança e disponibilidade das informações;
- XI – Adotar medidas de salvaguarda e controle de acesso lógico;
- XII – Exercer outras atribuições correlatas determinadas pelo superior hierárquico.

**Art. 4º** – As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por dotações próprias, não havendo aumento de despesa.

**Art. 5º** – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2025.

**ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO**  
Prefeito

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

| Qtd. | Cargo  | Símbolo |
|------|--|---------|
| 1    | Secretário Municipal de Planejamento                                 | SM      |
| 1    | Superintendente de Projetos  | CC1     |
| 1    | Diretor do Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento                  | CC1     |
| 1    | Assessor   | CC1     |
| 1    | Diretor da Seção de Planejamento Urbanístico e Aprovação de Projetos | CC2     |
| 3    | Coordenador  | CC2     |
| 1    | Coordenador de Executivo de Projetos                                 | CC3     |
| 1    | Coordenador Administrativo   | CC3     |
| 3    | Assistente   | CC3     |
| 2    | Auxiliar Técnico em Regularização Fundiária                          | CC4     |
| 2    | Auxiliar   | CC5     |
| 2    | Auxiliar I   | CC6     |

**GABINETE DO PREFEITO**

| Qtd. | Cargo   | Símbolo |
|------|---|---------|
| 1    | Chefe de Gabinete do Prefeito                   | SM      |
| 1    | Assessor Especial do Gabinete                   | SM      |
| 1    | Segurança Institucional do Gabinete do Prefeito | SSM     |
| 1    | Diretor   | SSM     |
| 1    | Superintendente de Assuntos Institucionais      | CC1     |
| 2    | Superintendente de Acompanhamento Geral         | CC1     |
| 1    | Superintendente de Cerimonial                   | CC1     |
| 1    | Assessor de Planejamento Estratégico            | CC1     |
| 1    | Assessor Administrativo                         | CC1     |
| 5    | Assessor  | CC1     |
| 2    | Coordenador Comunicação Intersecretaria         | CC2     |
| 1    | Coordenador de Informação e Pesquisa            | CC2     |
| 4    | Coordenador                                     | CC2     |
| 1    | Secretário do Gabinete do Prefeito              | CC3     |
| 3    | Assistente de Projetos Especiais                | CC3     |
| 5    | Assistente                                      | CC3     |
| 4    | Auxiliar Executivo                              | CC4     |
| 2    | Auxiliar Direto                                 | CC4     |
| 7    | Auxiliar  | CC5     |

**SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO**

| Qtd. | Cargo   | Símbolo        |
|------|---|----------------|
| 1    | Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação  | SM             |
| Qtd. | <b>SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO</b> | <b>Símbolo</b> |
| 1    | Subsecretário de Políticas de Ciência e Inovação        | SSM            |
| 1    | Superintendente de Políticas Públicas e Inovação        | CC1            |
| 1    | Superintendente de Tecnologias da Informação            | CC1            |
| 2    | Assessor  | CC1            |
| 1    | Assessor Executivo em Educação Científica               | CC2            |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

| Qtd. | Cargo  | Símbolo |
|------|--|---------|
| 1    | Secretário                                     | SM      |
| 1    | Coordenador Geral Administrativo               | SSM     |
| 1    | Coordenador Geral de Tesouraria                | SSM     |
| 1    | Coordenador Gral de Contabilidade              | SSM     |
| 1    | Coordenador Geral de Fiscalização e Tributação | SSM     |
| 1    | Superintendente de Contabilidade               | CC1-FIN |
| 1    | Superintendente de Execução Orçamentária       | CC1-FIN |
| 1    | Superintendente de Receita e Arrecadação       | CC1-FIN |



|   |  |         |
|---|--|---------|
| 1 | Superintendente de Tesouraria                | CC1-FIN |
| 1 | Superintendente de Sistemas de Gestão        | CC1-FIN |
| 1 | Superintendente de Planejamento e Orçamento  | CC1-FIN |
| 1 | Secretário Executivo Administrativo          | CC1-FIN |
| 2 | Assessor                                     | CC1     |
| 1 | Diretor de Administração Financeira          | CC2-FIN |
| 1 | Diretor de Execução Orçamentária             | CC2-FIN |
| 1 | Diretor de Fiscalização e Arrecadação        | CC2-FIN |
| 1 | Diretor de Cadastro Imobiliário e Mobiliário | CC2-FIN |
| 1 | Diretor Administrativo                       | CC2-FIN |
| 1 | Gerente de Administração Tributária          | CC3-FIN |
| 1 | Gerente de Atendimento ao Contribuinte       | CC3-FIN |
| 1 | Gerente de Arrecadação e Receitas            | CC3-FIN |
| 1 | Gerente de Cadastro Imobiliário              | CC3-FIN |
| 1 | Gerente de Cadastro Mobiliário               | CC3-FIN |
| 1 | Chefe do Setor de Manutenção                 | CC4-FIN |
| 1 | Chefe do Setor de Administração              | CC4-FIN |
| 1 | Chefe do Setor de Alvará                     | CC4-FIN |
| 1 | Chefe do Setor de Liquidação de Despesa      | CC4-FIN |
| 1 | Chefe do Setor de Conciliação Bancária       | CC4-FIN |
| 1 | Chefe do Setor de Expediente                 | CC4-FIN |
| 1 | Chefe do Setor Patrimônio                    | CC4-FIN |
| 1 | Chefe do Setor de Posturas                   | CC4-FIN |
| 1 | Chefe do Setor de Classificação e Receitas   | CC4-FIN |
| 1 | Chefe do Setor de IPTU                       | CC4-FIN |
| 1 | Chefe do Setor de ITBI                       | CC4-FIN |
| 1 | Chefe do Setor de ISS                        | CC4-FIN |

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIVERSIDADE RELIGIOSA, INCLUSÃO E COMBATE AO PRECONCEITO

|      |  |         |
|------|--|---------|
| Qtd. | Cargo  | Símbolo |
| 1    | Secretário Municipal de Diversidade Religiosa, Inclusão e Combate ao Preconceito | SM      |
| 2    | Assessor   | CC1     |
| Qtd. | SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO RELIGIOSA  | Símbolo |
| 1    | Subsecretário de Promoção Religiosa  | SSM     |



**Merenda nas Férias**

- Atendimento de 07 a 30 de janeiro
- Segunda a sexta-feira, das 11h às 12h
- Uso obrigatório do uniforme escolar

**Unidades Participantes**

- E.M. Pref. Hélio Ferreira da Silva - BNH
- CIEP 499 - Pref. Nicola Salzano - Centro
- CIEP 385 - Pastor Augustinho Valério - Lages
- E.M. Gov. Roberto Silveira - Lages
- E.M. Hortência Phirro do Valle - Guarajuba
- E.M. Terra de Educar - Sabugo





**REFI\$ 2025**

REGULARIZE SEUS DÉBITOS MUNICIPAIS!  
Aproveite até **100%** de desconto sobre juros, multas e encargos!

Válido até **30 de dezembro de 2025.**

- ✓ À vista: **100%** de desconto
- ✓ Em até 12x: **90%** de desconto
- ✓ Em até 24x: **80%** de desconto
- ✓ Em até 36x: **70%** de desconto
- ✓ Em até 48x: **60%** de desconto
- ✓ Em até 60x: **50%** de desconto

**Quem pode aderir?**  
Pessoa Física e Jurídica com débitos até 31/12/2024.

**Benefícios:**

- Regularização de tributos e créditos não fiscais.
- Parcelamento em até 60 vezes.
- Desconto de juros e multas.

Dirija-se à Secretaria Municipal de Finanças e aproveite as vantagens!





**Merenda nas Férias**

**Inscrições:**  
08/12/2025 a 31/12/2025

**QR Code das inscrições:**



